



DIREITO CONSTITUCIONAL



Estratégia
OAB

II – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CONSTITUCIONAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

A Lei nº 9.394 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estabeleceu algumas normas sobre o ensino fundamental. Em seu art. 32, caput, determinou que o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade e terá por objetivo a formação básica do cidadão.

O artigo causou uma forte discussão na jurisprudência, visto que alguns juízes e Magistrados entendiam que o ingresso no ensino fundamental estava limitado a crianças com seis anos de idade completos no início do ano letivo e outros entendiam que a criança poderia completar os 6 (seis) anos até o final do ano eletivo. Houve decisões entendendo pela inconstitucionalidade da norma, outras pela constitucionalidade.

A Associação Nacional de Proteção ao Ensino (ANPE), percebendo as divergências de entendimento em diversos Tribunais decide ingressar com a medida judicial objetiva cabível para uniformizar o entendimento da Lei 9.394.

Considerando a hipótese acima, formule a peça adequada. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Rodrigo, advogado e integrante da Comissão de Defesa de Direitos Humanos da Seccional da OAB, morreu no município de Santarém PA, após ter sido atingido por 20 disparos de arma de fogo efetuados por duas pessoas não identificadas. O advogado havia feito diversas denúncias relacionadas a supostos atos de corrupção e maus-tratos aos detentos de determinado presídio localizado no referido município. A CIDH, então, expressando preocupação com a possível represália cometida contra o advogado, instou o Estado brasileiro a investigar o crime, esclarecê-lo judicialmente e punir os responsáveis. Considerando essa situação hipotética narrada, responda fundamentadamente aos itens a seguir.

- a) O Presidente da República pode requerer que o caso seja desviado para a Justiça Federal?
- b) É correto afirmar que o desvio para a Justiça Federal deve ser suscitado perante o Supremo Tribunal Federal?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Iara, com apenas um ano e três meses de vida, foi diagnosticada com uma doença neurodegenerativa rara chamada atrofia muscular espinhal (AME). O quadro é degenerativo e não há cura. No Brasil o tratamento é através do medicamento Spinraza, de alto custo. O remédio deve ser ministrado em seis doses no primeiro ano de tratamento e três doses por ano pelo resto da vida ao custo de 145 mil reais cada dose. Aos 21 anos, ao chegar para realizar o tratamento na rede pública, foi informada que não havia medicamentos para o tipo de tratamento em questão, tendo em vista que os investimentos na área da saúde foram cortados totalmente pelo Governo Local. Iara imediatamente solicitou a prova da inexistência de recurso e falta de previsão orçamentária, porém não obteve sucesso. Diante da situação, procurou um advogado, que afirmou não haver medida cabível, já que o Poder público estava amparado pela chamada cláusula de reserva do financeiramente possível. Afirmou também que o Poder Judiciário em hipótese alguma poderia intervir nas políticas públicas. Diante da situação apresentada, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) A orientação dada pelo advogado está correta quanto à cláusula de reserva do financeiramente possível?
- b) É correto afirmar que ao Poder Judiciário é totalmente vedado intervir nas políticas públicas?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Uma agência reguladora federal editou, em 2020, uma portaria proibindo os médicos de prescrever a utilização de medicamentos que não sejam de determinado fabricante. A Associação de Profissionais da Saúde do Amazonas, constituída há 2 anos, entendendo que tal portaria é inconstitucional, resolve ajuizar medida objetivamente cabível contra a referida portaria.

- a) Diante do caso prático, é possível o cabimento de uma ADI contra a portaria?
- b) A Associação mencionada é legitimada para a ação cabível?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Vários partidos políticos de oposição ao governo federal iniciaram tratativas a fim de se fundirem, criando um novo partido, o Partido Delta. Almejam, com isso, criar uma força política de maior relevância no contexto nacional. Preocupados com a repercussão da iniciativa no âmbito das políticas regionais e percebendo que as tratativas políticas estão avançadas, alguns deputados federais buscam argumentos jurídico-constitucionais que impeçam a criação desse novo partido.

- a) É correto afirmar que a Constituição Federal veda a possibilidade de fusão entre partidos políticos?
- b) É necessária lei aprovada no Congresso Nacional para criação de partido político?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Bom simulado!

Abs,

Prof. Diego Cerqueira